



Senado pode votar projeto que dá prioridade a gastos sociais

Proposta privilegia as áreas de saúde, educação e segurança pública na execução orçamentária de forma a garantir a observação dos limites mínimos constitucionais



Jonas Pereira/Agência Senado

Senadores também podem votar outros projetos da Comissão da Desburocratização, como o que trata do horário de funcionamento de cartórios

O Plenário pode votar hoje projeto que garante prioridade aos gastos com saúde, educação e segurança na execução orçamentária de União, estados, municípios e Distrito Federal.

Inicialmente a proposta priorizava apenas as áreas de saúde e de educação, mas emenda acatada pela Comissão de Assuntos Econômicos incluiu a de segurança pública.

Segundo o texto, se não houver recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, ações e serviços de educação, saúde e segurança serão os últimos a serem cortados.

Outra proposta em pauta, apresentada pela Comissão da Desburocratização, aperfeiçoa a legislação sobre empresa individual de responsabilidade limitada. O projeto acaba com a obrigatoriedade de capital mínimo e abre a possibilidade de constituição da empresa por pessoa física ou jurídica. **3**



Projeto qualifica jovens para mercado

O alto índice de desemprego entre jovens é um problema mundial. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, eles representam mais de 35% dos desempregados do planeta. No Brasil, 23% da população entre 15 e 29 anos não estudam ou

trabalham, os chamados nem-nem.

Projeto no Senado dá a jovens que vivem em abrigos prioridade para fazerem cursos profissionalizantes. A ideia é que tenham mais chances de encontrar emprego e deixem o universo dos nem-nem. **4**



Galeria/Fotobase/Imagem/Contrasto

Muitos jovens não têm dinheiro para pagar estudos, nem qualificação para mercado de trabalho

Adiada sessão do Congresso para votar vetos presidenciais **3**

Ministério da Segurança Pública ganha 164 cargos comissionados **2**

Empresas podem passar a ter cota para pessoas de mais de 45 anos **3**

Proposta aumenta validade para registro de armas de fogo **3**

Texto facilita acesso a métodos de esterilização

A Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que simplifica o acesso a métodos de esterilização cirúrgica pelo SUS, como a laqueadura e a vasectomia. O texto, da senadora Ione Guimarães, acaba com a exigência mínima de 25 anos ou dois filhos e de consentimento do cônjuge para a cirurgia ser feita. **2**

Valor dos serviços do SUS é tema de proposta

A divulgação anual de todos os critérios e valores de remuneração de serviços do Sistema Único de Saúde é o tema de proposta recém-chegada ao Senado. Emendas ao projeto, de autoria do senador Airton Sandoval, podem ser apresentadas até quinta-feira na Comissão de Assuntos Sociais. **3**

Comissão vota consulta sobre privatizações

A Comissão de Constituição e Justiça pode votar projeto que convoca plebiscito sobre eventual privatização de subsidiárias da Petrobras, da Eletrobras e da Casa da Moeda. O projeto do senador Roberto Requião teve apoio de 35 senadores.

Para Requião, a população precisa ser consultada sobre a venda de patrimônio público. O substitutivo da senadora Gleisi Hoffmann assegura aos partidos políticos divulgação de campanha a favor ou contra a privatização nos meios de comunicação. **2**



Genaldio Falcão/Agência Petrobras

Refinarias estão entre as subsidiárias da Petrobras que podem ser objeto de consulta à população

Comissão analisa consulta sobre privatizar estatais

Projeto convoca plebiscito sobre privatização da Petrobras, da Eletrobras e da Casa da Moeda. Para o autor, Roberto Requião, a população deve se manifestar sobre venda ou não de patrimônio público

O MOMENTO POLÍTICO vivido pelo país reacendeu o debate sobre a privatização de estatais. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar o projeto que convoca consulta popular sobre a aprovação ou não de uma eventual privatização das subsidiárias da Petrobras, da Eletrobras e da Casa da Moeda.

A iniciativa de deslocar essa decisão do governo para a população brasileira partiu de Roberto Requião (MDB-PR) e teve o apoio de mais 35 senadores. Conforme afirma a justificativa do PDS 180/2017, “interesses particulares têm conduzido a atual gestão federal a vender algumas das mais valiosas riquezas brasileiras”. O senador contesta a legitimidade de qualquer governante para se desfazer desse patrimônio nacional, “que pertence ao povo brasileiro”.

A realização de um “referendo revogatório” também alcançaria o Decreto 9.147, de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Em relação a esse ponto específico, a relatora na CCJ, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), acredita não haver mais o que fazer, já que o decreto está valendo há mais de um ano e não houve, quando de sua adoção, qualquer previsão legal de submetê-lo a consulta popular. Assim, sua revogação só poderia ser buscada por outro tipo de



Para Requião, autor do projeto, estatais são patrimônio do brasileiro

proposta legislativa ou pela via judicial.

Substitutivo

Gleisi fez ajustes no PDS 180/2017 em substitutivo. Em primeiro lugar, transformou a convocação de referendo revogatório (consulta popular para confirmar ou derrubar um ato legislativo ou administrativo em vigor) em plebiscito (consulta popular realizada antes da edição de um ato legislativo ou administrativo).

Originalmente, Requião defendia que a sondagem acontecesse com as eleições seguintes à aprovação do projeto, mas Gleisi optou por fazer a consulta três meses depois da aprovação e publicação do decreto legislativo convocatório.

O substitutivo assegura aos partidos políticos e às frentes partidárias a livre e gratuita divulgação de campanha a favor ou contra a privatização nos meios de comunicação.

Por fim, mantém a homologação do resultado do plebiscito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e envio de comunicação sobre o assunto ao Congresso Nacional. Caberá à Justiça Eleitoral definir as regras de realização dessa consulta popular.

Ainda no parecer favorável ao projeto, Gleisi expõe o cenário de desestatização da Petrobras, Eletrobras e Casa da Moeda, observando que a privatização de empresas controladas pela União está sub judice. Esse movimento aconteceu, segundo ela, com a concessão de liminar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2018, suspendendo a privatização da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), controlada pela Eletrobras. A decisão provisória interrompeu o processo de venda de estatais para esclarecimento sobre a necessidade ou não de prévia autorização legislativa.

Lei cria cargos para Ministério da Segurança Pública

Foi transformada em lei a medida provisória que criou 164 cargos comissionados para o Ministério da Segurança Pública. A Lei 13.717 foi promulgada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. A MP 840/2018 havia sido aprovada pelo Senado no dia 17, último dia antes de o texto perder a validade.

Os cargos são do grupo de direção e assessoramento superiores (DAS). São 17 DAS 5, 58 DAS 4, 37 DAS 3, 24 DAS 2 e 28 DAS 1. Cada DAS possui um nível salarial diferente. Os novos cargos são de livre nomeação.

A abertura dos cargos complementa a criação do próprio ministério, no início do ano.

A criação das funções estruturais a área administrativa, visto que a MP 821/2018 que instituiu a pasta apenas realocou cargos nas áreas-fins.

Segundo o governo, o provimento dos cargos acarretará impacto orçamentário de R\$ 14 milhões em 2018, R\$ 19,4 milhões em 2019 e R\$ 19,5 milhões em 2020.

Projeto possibilita acesso mais fácil a métodos de esterilização

Projeto que desburocratiza o acesso a métodos de esterilização cirúrgica, como a laqueadura e a vasectomia, está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta busca simplificar o acesso à esterilização voluntária, facilitando a realização do procedimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263) para garantir o direito a homens ou mulheres com capacidade civil plena. O texto também proíbe usar cirurgia de retirada de útero como método contraceptivo.

Para Ione Guimarães (PTB-GO), autora do PLS 406/2018, o planejamento familiar no Brasil “ainda é uma utopia para a camada mais carente da população”, pois há grande dificuldade dessa parcela de ter acesso a métodos contraceptivos pelo SUS.

Segundo a senadora, a legislação atual impõe obstáculos ao procedimento de laqueadura (esterilização por meio da ligadura das trompas uterinas). Ela cita como exemplo a proibição de

a mulher fazer a laqueadura após um parto:

— Isso obriga a paciente a passar por duas internações, uma para o parto e outra para a esterilização, o que aumenta sua exposição ao ambiente hospitalar e infecções, força a lactante a abandonar o acompanhamento do bebê e acarreta maiores custos para os serviços de saúde.

O projeto também acaba com a exigência mínima de 25 anos ou dois filhos para que possa fazer cirurgia de esterilização e extingue ainda a necessidade de consentimento do cônjuge e a obrigação de notificação compulsória ao SUS de toda esterilização realizada. Para Ione, exigir consentimento “é descabido, porque desrespeita a autonomia da vontade individual e o princípio da dignidade humana, a qual pressupõe que as decisões pessoais, inclusive sobre os direitos reprodutivos, não se podem sujeitar à vontade de terceiros”.

Após passar pela CAS, a proposta será votada em caráter terminativo na Comissão de Constituição Justiça (CCJ).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CE Aprovação automática

11h30 Entre 17 itens, está o PLC 127/2017, que proíbe aprovação automática de estudantes.

CMA Descarte de lixo em local público

11h30 O PLC 169/2017, que reforça a proibição de descarte de lixo em lugares públicos, é um dos 12 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta o PLS 15/2018, sobre os dias e os horários dos serviços notariais e de registro e para autorizar os tabeliães de notas a realizar diligências e atos externamente à sede da serventia.

MP 843/2018 Setor automotivo

15h Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário discute prioridade para gastos sociais

Segundo o projeto, se não houver recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, a prioridade será dada as ações e serviços de educação, saúde e segurança pública

O PLENÁRIO PODE votar o projeto de lei que garante prioridade aos gastos com saúde, educação e segurança na execução orçamentária de União, estados, municípios e Distrito Federal. A proposta já pode ser votada na sessão de hoje, marcada para as 14h.

De Rose de Freitas (Pode-ES), o PLS 329/2017— Complementar tratava inicialmente apenas das áreas de saúde e de educação, mas o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Cristovam Buarque (PPS-DF), acatou emenda do colega Telmário Mota (PTB-RR) para incluir no texto também a área de segurança pública.

O projeto determina que, ao aprovar o quadro de cotas

trimestrais da despesa de cada unidade orçamentária, a administração deverá priorizar as destinadas a essas áreas, para garantir a observação dos limites mínimos constitucionais.

Se não houver recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, a prioridade recai sobre as ações e os serviços de educação, saúde e segurança. Em eventual situação em que as despesas obrigatórias superem a arrecadação, essas serão as últimas áreas a serem cortadas.

Empresa individual

Outra proposta que pode ser votada é o PLS 10/2018, que aperfeiçoa a legislação sobre empresa individual de responsabilidade limitada. Atualmente o Código Civil

permite a constituição desse tipo de empresa por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, não inferior a 100 vezes o salário mínimo. O projeto acaba com a obrigatoriedade desse capital mínimo e abre a possibilidade de constituição da empresa por pessoa física ou jurídica.

O texto ainda permite a criação de mais de uma empresa desse tipo pela mesma pessoa. Como a legislação atual não permite, muitos donos de empresas agem na informalidade, por meio de “laranjas”.

Também está na pauta o PLS 19/2018, que muda a Lei de Protestos (Lei 9.492, de 1997) para definir os títulos e os documentos de dívida sus-

cetíveis de protesto. O objetivo é acabar com divergências jurisprudenciais. Protesto é o ato formal pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de uma obrigação.

O projeto desburocratiza o protesto de dívida, ao autorizar a apresentação de qualquer prova escrita da dívida, ainda que sem eficácia de título executivo e sem assinatura do devedor, como notas fiscais, boletos bancários e mensagens eletrônicas.

Desburocratização

Assim como o PLS 10/2018 e o PLS 19/2018, o PLS 15/2018 também é fruto da Comissão da Desburocratização. O texto trata do horário de funcionamento dos cartórios.

Consta ainda da pauta de votações do Plenário desta semana o PLS 334/2017— Complementar, que impede que as receitas de royalties sejam consideradas no cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Para o autor, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), as receitas de compensações financeiras ou de royalties são justas e podem ser de valor significativo para algumas unidades da Federação. Todavia, têm a característica de serem voláteis, por isso não devem ser utilizadas como base de cálculo para a apuração das despesas com pessoal, que são usualmente de caráter continuado.

Cancelada sessão do Congresso para votação de vetos

A sessão do Congresso Nacional marcada para amanhã foi cancelada, conforme informou ontem a Secretaria Legislativa do Congresso. Com isso, fica adiada a votação dos sete vetos que estavam na pauta, entre eles, o que impediu o retorno de empresas ao Simples Nacional e o que barrou a destinação prioritária de recursos a várias áreas no Orçamento de 2019.

O governo vetou todo o conteúdo do PLC 76/2018, aprovado em julho, que autorizava o retorno ao Simples Nacional de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos por inadimplência. O Simples é um regime tributário simplificado que concentra em uma só guia o pagamento de oito tributos.

Para o governo, o texto contraria o interesse público e é inconstitucional. “O Simples Nacional é um regime de tributação favorecida, e o retorno dos inadimplentes ampliaria a renúncia de receita sem atender condicionantes das legislações orçamentária e financeira”, argumenta o presidente Michel Temer no veto.

O outro veto excluiu 18 trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, a maioria deles garantindo mais recursos para determinadas áreas e priorizando a destinação de verbas. A justificativa do governo foi de que as propostas ferem a Emenda do Teto de Gastos e criam rigidez no Orçamento.

SUS poderá ser obrigado a divulgar valor de remuneração de serviços

Recém-apresentado ao Senado, projeto obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a divulgar anualmente todos os critérios e valores de remuneração de serviços. A obrigação se estende também aos parâ-

metros de cobertura assistencial adotados em contratos e convênios com instituições privadas de saúde.

De Aírton Sandoval (MDB-SP), o PLS 412/2018, que altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei

8.080, de 1990), pode receber emendas até a quinta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovada, a proposta segue para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

A lei já determina que a direção nacional do Sistema Único de Saúde estabeleça os critérios e valores de remuneração e os parâmetros de cobertura, a serem aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, mas não explicita a obrigatoriedade de divulgá-los.

“Acreditamos que essa lacuna contribui para a enorme defasagem da remuneração praticada no SUS e, consequentemente, para a difícil situação financeira em que

se encontram vários serviços hospitalares contratados ou conveniados do sistema”, afirma o senador Aírton Sandoval na justificativa do projeto.

Constituição

De acordo com a Constituição, a saúde é um dever do Estado para com todos os brasileiros. A Carta Magna também estabelece que “ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada” da qual as instituições privadas podem participar de forma complementar ao sistema, por meio de contratos ou convênios, devendo o poder público dar preferência às entidades filantrópicas e às instituições sem fins lucrativos.



Projeto de Sandoval pode receber emendas na CAS até quinta-feira

Projeto incentiva contratação de trabalhadores com mais de 45 anos

Está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que cria cotas para pessoas com mais de 45 anos nas empresas privadas. Conforme o PLS 410/2018, a empresa com mais de 100 empregados está obrigada a preencher de 5% a 15% das vagas e cargos com trabalhadores nessa faixa etária. Empresas com até 200 funcionários deverão reservar 5% de vagas, as que tiverem 201 a 500 trabalhadores deverão destinar a esse público 10% das vagas. E a partir de 501

empregados, a reserva deverá ser de 15%.

Como contrapartida, o projeto permite a redução nos montantes das contribuições sociais devidas pelos empregadores para a Previdência Social e a dedução, do cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, de 50% dos valores pagos aos trabalhadores com mais de 45 anos.

O autor, Eduardo Lopes (PRB-RJ), afirma que a intenção é estimular a contratação de idosos e a manutenção do emprego de trabalhadores mais experientes:

“Levantamentos indicam que a maioria das empresas consultadas reluta em admitir trabalhadores que se encontram nessa faixa etária. Com esses estímulos, esperamos que se sintam motivadas a contratar um maior contingente de trabalhadores com idade mediana ou avançada, assegurando-lhes direitos sociais e proteção”, diz o senador na justificativa do texto.

O projeto está em fase de recebimento de emendas na comissão.

Proposta aumenta de 3 para 5 anos validade do registro de armas

O aumento da validade do registro de armas de fogo começou a tramitar no Senado com a apresentação, na quarta-feira, do PLS 415/2018, que modifica o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). O autor da proposta, senador Aírton Sandoval (MDB-SP), propõe que periodicidade do registro de

armas de fogo passe de três para cinco anos. Segundo o senador, há prazos conflituosos na legislação:

— Atualmente a legislação estabelece a obrigatoriedade de comprovação periódica do Certificado de Registro de Arma de Fogo a cada três anos. Ocorre que na regulamentação por meio do Decreto 5.123,

de 2004, foi fixado prazo diferente: a cada cinco anos. Na prática, a Polícia Federal só reconhece o limite de três anos para a validade do registro.

Sandoval argumenta que não há coerência em se manter duas validades diferentes e afirma que a unificação em cinco anos do intervalo para renovação do registro

de armas reduz a burocracia e o desgaste do cidadão que deseja cumprir a lei.

O PLS 415/2018 seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda apresentação de emendas e designação de relator. Caso seja aprovado na comissão, poderá ir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens

Brasileiros não estudam nem trabalham principalmente porque faltam oportunidades, dizem especialistas. Ciro Nogueira propõe criá-las para jovens acolhidos em abrigos

Reportagem: Aline Guedes
 Edição: Thâmara Brasil

O NÚMERO DE jovens que não estudam nem trabalham (os chamados nem-nem) é alto, mas não se deve desistir, afirmam especialistas dedicados à questão. A qualificação de jovens que vivem em abrigos para que tenham mais chances e deixem o universo dos nem-nem é o objetivo de projeto já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o PLS 190/2017 garante a esses jovens o acesso gratuito e com prioridade aos cursos de educação profissional e tecnológica. Também estabelece cotas para a contratação de adolescentes abrigados em programas de jovens aprendizes.

O relator da proposta na CAS, Armando Monteiro (PTB-PE), acredita que a medida vai assegurar a educação e a entrada desses jovens no mercado de trabalho.

— A proposição a nosso juízo foi muito feliz em perceber o quanto desolador é essa realidade. E em oferecer os mecanismos necessários para sua superação — afirmou.

O texto aguarda votação na Comissão de Educação (CE).

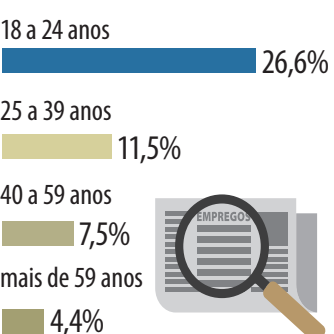
O alto índice de desemprego entre jovens é um problema mundial. Segundo a Organização Internacional do Trabalho

Desemprego de jovens até 25 anos no mundo

África do Sul	53,7%
Espanha	33,6%
Nigéria	33,1%
Portugal	19,5%
Índia	12,9%
Irlanda	12,9%
Austrália	11,4%
Canadá	11%
Reino Unido	11%
Coreia do Sul	9%
Estados Unidos	8,5%

Fonte: Trading Economics

Desemprego por idade



Fonte: IBGE/Pnad



Jovens no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília: educação deve ir além, dizem especialistas

(OIT), eles representam mais de 35% dos desempregados do planeta. Nesse grupo, a diferença entre os gêneros é expressiva: as mulheres jovens respondem por 34,4%, enquanto os homens jovens são 9,8%. Na lista dos dez países europeus com mais jovens nem-nem estão Grécia (39,1%), Espanha (33,4%), Itália (30,8%), França (20,4%) e Portugal (20,3%).

Dificuldades

No Brasil, 23% da população entre 15 e 29 anos de idade, ou mais de 11 milhões de jovens, não estudam ou trabalham. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2012, os nem-nem eram 9,7 milhões, num universo de 49,4 milhões de jovens. De acordo com o instituto, entre 2016 e 2017, cerca de 619 mil se juntaram a eles.

Para a especialista em mercado de trabalho e professora da Faculdade de Administração da Universidade de Brasília (UnB) Débora Barem, o difícil cenário começou no momento em que muitas portas de emprego se fecharam, a renda diminuiu e, conseqüentemente, os

jovens e suas famílias não conseguiram mais custear os estudos.

De acordo com a professora, muitos jovens ainda enfrentam dificuldades para definir em qual área desejam trabalhar e isso se agrava pela falta de orientação dentro das universidades.

— Apesar de o auge da crise econômica do país já ter passado, ainda estamos num momento muito ruim, em especial para essa faixa etária.

Esperança

Morador de Planaltina (DF), Douglas Belisio Farias de Albuquerque, de 22 anos, divide a casa com a mãe, que é pensionista e arca com todas as despesas, a irmã, de 25 anos, que faz trabalhos temporários como manicure e cabeleireira, e uma sobrinha de 9 anos. Enquadrado na categoria dos que não estudam nem trabalham desde 2015, ele não conseguiu uma colocação no mercado de trabalho após terminar estágio por meio do Programa Jovem Aprendiz. Para Albuquerque, a escola está longe de preparar os jovens, já que faltam capacitação e oportunidades para que eles adquiram a experiência tão exigida hoje.

— Muitos de nós terminam o ensino médio, não conseguem entrar para uma universidade nem se colocar profissionalmente e acabam ficando em casa, por falta de opção.

Sem dinheiro

A situação não é diferente da de Alyson Maia, de 24 anos. Demitido do emprego de supervisor de vendas, o jovem não pôde mais pagar a faculdade de recursos

humanos e foi obrigado a abandonar o curso quando faltava apenas um semestre para a formatura. Como a mãe não podia sustentar a casa e ainda os estudos do jovem, Maia também foi obrigado a ficar parado. Depois de concluir um curso de vigilante, o rapaz distribuiu currículos num mercado de trabalho cada vez mais disputado.

— Meu sonho é terminar minha faculdade e começar outra, de odontologia.

É difícil bater insistentemente em uma porta, e não a ver se abrir. A professora Débora Barem afirma que, apreensivos com o futuro, esses estudantes sofrem de ansiedade com a possibilidade de não se colocarem no mercado de trabalho. Também destaca que a falta de ocupação pode resultar em problemas de saúde, como a depressão.

Sem-sem

O deputado distrital Professor Israel (PV) vai além: diz que, em vez de nem-nem, esses jovens deveriam ser classificados como “sem-sem”, pois estão sem oportunidades e sem acesso a estudo gratuito e de qualidade. Ele assegura que não se trata de filhos mimados, mas de pessoas que precisam de oportunidade a fim de não se tornarem

duplamente punidas.

— Estamos falando da realidade de mais de 11 milhões de jovens brasileiros, sendo que mais de 70% deles estão entre os mais pobres do nosso país. Mas o Brasil tem potencial para ser líder mundial em valorização desses jovens — declarou o Professor Israel, que assume uma vaga de deputado federal em 2019.

Papel da escola

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) traz uma análise detalhada do mercado de trabalho no Brasil. Segundo o documento, 73% da geração nem-nem é formada por mulheres, tendo a gravidez precoce como principal causa. A pesquisadora do Ipea Maria Andréia Lameiras aponta ainda a falta de qualificação profissional como uma das dificuldades para que os jovens conquistem uma vaga.

— Uma das saídas para esse problema seriam cursos específicos, de curta duração e com objetivo mais determinado, a fim de qualificar essa mão de obra — explica Maria Andréia.

O Brasil tem 3 milhões de pessoas desocupadas e que estão procurando emprego há mais de dois anos e cerca de 5 milhões de desalentados — aqueles em idade ativa que desistiram de procurar trabalho porque perderam a esperança. Segundo o Ipea, metade deles não completou o ensino fundamental, 25% estão na faixa etária de 18 a 24 anos e 60% moram no Nordeste.

Reforma do ensino

A preocupação com a geração nem-nem foi demonstrada pelo relator da proposta que reformou o ensino médio (Lei 13.415, de 2017), o senador Pedro Chaves (PRB-MS). Na discussão do texto, no começo de 2017, o parlamentar disse acreditar que a mudança no ensino médio ajudaria a criar novos padrões para a plena realização dos potenciais dessa juventude.

Saiba Mais

Ipea
<http://www.ipea.gov.br/portal/>

IBGE
<https://www.ibge.gov.br/>

Organização Internacional do Trabalho
<http://bit.ly/oitglobal>

Global Employment Trends for Youth 2013
<http://bit.ly/globalety2013>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania